

Palocci defende superávit primário alto

Ministro diz que aumento de juros foi necessário para reduzir inflação à metade

Flávia Oliveira

• PORTO ALEGRE. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, afirmou ontem que a dívida pública brasileira obrigará o Brasil a manter superávits primários altos mesmo depois de terminado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, essa é a forma inequívoca de demonstrar que o país tem uma dívida sustentável, que será paga. Palocci reafirmou seu compromisso com o ajuste das contas públicas na capital gaúcha, onde se encontrou com o governador Germano Rigotto (PMDB) e empresários, antes de embarcar para o Fórum Econômico, em Davos, na Suíça.

— Mesmo depois que acabar o contrato com o Fundo Monetário, teremos de fazer superávit porque temos dívida. Quem tem dívidas precisa pagá-las. Se não pagá-las, desarranja a economia, o crédito desaparece. Há países da América Latina que estão vivendo essa realidade. Não queremos nem de longe correr esse risco — disse ele, ressaltando, entretanto, que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva não vai abandonar os projetos sociais.

Antonio Palocci disse que a elevação dos juros para 25,5% foi necessária para que se reduza a inflação à metade até o fim do próximo ano.

— Meu desejo era vir ao Rio Grande Sul trazendo medidas extremamente favoráveis ao desenvolvimento econômico, mas venho após o Copom ter decidido aumentar os juros. Essa é a nossa realidade. A crise pela qual o país passou exige medidas que não são de nossa vontade, mas são necessárias para que possamos, espero que num curto espaço de tempo, superar as dificuldades e trabalhar com juros mais baixos — disse o ministro.

Ministro diz que as críticas são naturais

Palocci não se importou com as críticas de sindicalistas e líderes empresariais à elevação da Selic. Disse saber que o Brasil inteiro, não apenas o governo, espera a redução dos juros, mas deixou claro que ela só ocorrerá no momento adequado e de forma sustentável. Palocci afirmou ainda que a política monetária é uma atribuição técnica do Banco Central, na qual ele não pretende interferir.

— Vamos agir com responsabilidade. As críticas são naturais. Eu jamais vou esperar que um sindicalista ou um empresário comemorem aumento de juros. Mas quando elas são necessárias, elas são necessárias.

Antes de almoçar e discursar na sede da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Antonio Palocci se reuniu reservadamente com cerca de 40 líderes empresariais gaúchos. Antes mesmo que os empresários manifestassem descontentamento pela elevação dos juros, o ministro defendeu a medida.

Segundo o presidente da Federasul, Paulo Afonso Feijó, os empresários saíram satisfeitos do encontro com Palocci. O ministro pediu a ajuda dos executivos e do governador gaúcho para aprovação da reforma tributária. Feijó disse que o empresariado está plenamente sintonizado com o discurso do novo ministro da Fazenda.

— Ninguém falou especificamente de juros, porque o ministro de imediato saiu em defesa do Banco Central. Ele disse que se trata de uma questão técnica e, como nós, tem esperança de que as taxas caíam rapidamente — disse Feijó. ■